

Vamos ler?

» JAIME PINSKY
Historiador

Sim, bom número de pessoas satisfaz sua sede de leitura combatendo inimigos reais ou imaginários nas redes sociais. Dados confiáveis garantem que nunca se leu, nem se escreveu tanto quanto hoje, por conta delas. Escudados pela distância e, frequentemente, pelo anonimato, muita gente sofre, nesse processo de escrita, uma mutação regressiva, abandonando sua condição humana e se transformando em algum primata sanguinário ainda não identificado pelos paleontólogos. A escrita afoita e a leitura “por cima” em nada acrescenta em termos de cultura, seja ela artística ou política. A superficialidade ganha espaço, o conteúdo desaparece.

Humildemente, continuo achando que, antes de escrever, convém ler. Afinal, ainda não há — se é que algum dia vai haver — veículo mais adequado para a transmissão cultural do que o livro. Frases feitas, palavras retumbantes, piadinhas de gosto duvidoso, conceitos vazios, esse tipo de linguagem que entope as redes sociais não nos levam a lugar algum. Embora reconheça que há gente de bom nível nelas, sempre é alguém que preza e pratica regularmente o hábito de ler. Assim, tomo a liberdade de sugerir a leitura de algumas obras que li recentemente e podem ajudar a formar uma base bem estruturada de conhecimentos.

Daqui a pouco mais de um mês, teremos a comemoração dos 200 anos da independência do Brasil. Sim, 7 de setembro. O evento deve merecer nossa atenção, não para berrar frases feitas e pseudopatrióticas, mas para aproveitar e conhecer um pouco melhor o que de fato aconteceu nessa data. Reconheço nunca ter tido, no ensino fundamental, nenhum professor que se preocupasse em apresentar

uma visão crítica do ato encabeçado por D. Pedro, no Ipiranga. Hoje, sabemos que ele subiu a Serra do Mar em lombo de mula, não de um cavalo garboso, mas isso é pouco. Fica parecendo que todos os moradores deste país se entusiasmaram com o gesto do príncipe, que ele libertou toda a nação, que havia consenso nacional a respeito da necessidade do grito às margens do Ipiranga.

Acaba de sair um livro importante, *Várias faces da Independência do Brasil*, para o qual os organizadores, Bruno Leal e José Inaldo Chaves, tiveram a excelente ideia de reunir um pequeno grupo de historiadores sérios, que mostram, com diferentes olhares, como as coisas aconteceram em diversos lugares e grupos sociais. Indígenas, escravos e libertos saem das sombras e se tornam personagens históricos. Como “o grito” repercutiu em diferentes regiões do Brasil? Como foi o antes e o depois do 7 de setembro? Enfim, um livro esclarecedor.

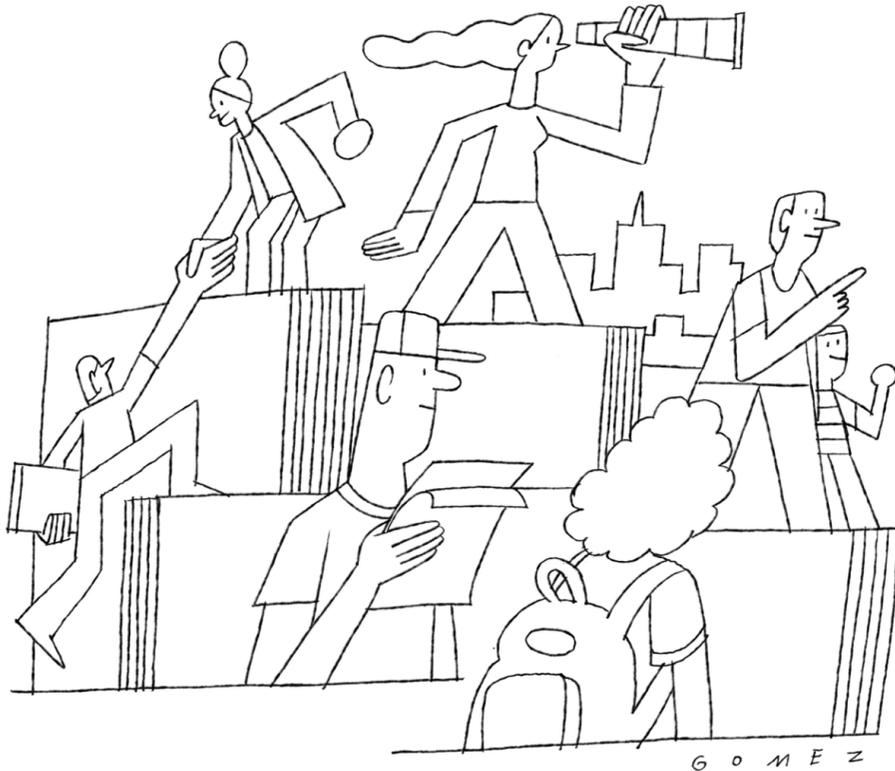
Outro livro interessante é de autor único. Mais que isso, é uma obra muito pessoal, que fala de comportamento dos brasileiros, de economia, da estrutura social e até da criação de passarinhos em gaiolas. A obra é erudita, mas não ostenta a cultura do autor, apenas utiliza as informações quando quer se apoiar nas ideias de alguém, ou destruí-las sem piedade. Não, não é um livro para todos, mas para quem gosta de desafios intelectuais; um livro para quem tem prazer em ler brigando, duelando com o autor, tentando submetê-lo.

Aviso, desde já, que, por conta do enorme repertório do seu autor, Mércio Gomes, corremos o risco de nos convertermos a algumas de suas teses... O livro se chama *O Brasil*

inevitável, ética, mestiçagem e borogodó. O autor é antropólogo, tem forte ligação com o pensamento de Darcy Ribeiro, foi professor em importantes universidades e dirigiu a Fundação Nacional do Índio (Funai). Há obras em que o autor recorta, modestamente, um pequeno tema, no espaço e no tempo, e tenta esgotá-lo. Esta não é uma delas. Mércio se arrisca em todas as águas, rasas e profundas, amigáveis e perigosas. Então, vale a pena ler? Vale, sim, pois a criatividade, a originalidade de análise, o profundo conhecimento dos problemas do país que o autor demonstra são surpreendentes e estimulam qualquer leitor inteligente.

Com questões de saúde entrando na ordem do dia, apareceram muitos livros importantes nessa área. Talvez o melhor deles seja *História da saúde humana*, de Jean-David Zeitoun. Leitura aborrecida? Não, pelo contrário, obra fascinante. O autor é um médico francês que realizou pesquisa acurada e percorre, no livro, cuidadosa trajetória desde a pré-história até os dias de hoje. Ele mostra como as sociedades lidaram com a saúde de seus membros ao longo do tempo e do espaço. É uma história social que vai agradar a muita gente, mas eu gostaria de indicar, particularmente, aos médicos e ao pessoal da área.

Zeitoun, ao contrário de outros autores, como Harari, não acredita que estamos em um espiral ascendente de longevidade. Lembra que condições climáticas negativas (e a própria poluição das grandes cidades), assim como a circulação de vírus em cidades mais populosas, com população cada vez mais aglomerada são fatores que podem frustrar o sonho de vivermos cada vez mais e melhor. Boa leitura a todos.



Créditos tributários e juízos universais

» SACHA CALMON
Advogado

Art. 186. O crédito tributário prefere a qualquer outro, seja qual for sua natureza ou o tempo de sua constituição, ressalvados os créditos decorrentes da legislação do trabalho ou do acidente do trabalho. Parágrafo único. Na falência: I – o crédito tributário não prefere aos créditos extraconcursais ou às importâncias passíveis de restituição, nos termos da lei falimentar, nem aos créditos com garantia real, no limite do valor do bem gravado; II – a lei poderá estabelecer limites e condições para a preferência dos créditos decorrentes da legislação do trabalho; e III – a multa tributária prefere apenas aos créditos subordinados” (Redação dada pela Lei Complementar nº 118/2005).

O *pignus*, sob a modalidade de penhor industrial ou rural, diferentemente da venda com reserva de domínio e da alienação fiduciária em garantia, constitui direito real de garantia sobre bens móveis, tanto quanto a hipoteca (que recai em imóveis) e a anticrese (incidente sobre rendas). Assim sendo, cede ante o crédito tributário, que somente se dobra perante os créditos trabalhistas (inclusive de acidentes do trabalho) e outros de cunho alimentar, embora não decorrentes da relação de emprego. A hipótese não é cerebrina. O titular, v.g., de firma individual há de alimentar seus dependentes antes da Fazenda Pública, porque os seres humanos e suas necessidades são superiores aos interesses do Fisco. O mesmo princípio que garante o bem de família e os instrumentos de trabalho funciona aqui.

Interessante novidade veio com a Lei Complementar nº 118/2005 que, adaptando o CTN à Nova Lei de Falências, introduziu o parágrafo único no art. 186, determinando mais

algumas prioridades à frente do crédito tributário no processo falimentar, especialmente os créditos bancários. A justificativa aqui era a redução dos juros de mercado (spread) com a proporcional redução do risco de inadimplência, em que pese a maioria dos empréstimos bancários contarem com garantias reais.

Outro assunto de suma importância diz respeito ao concurso de credores na falência. A comunhão de credores em face do devedor, quando este é solvente e possui bens suficientes para satisfazer a todos, não implica concurso. Contudo, quando o devedor é insolvente ou não tem condições de solver a tempo e hora os seus débitos, ocorre o concurso. Os credores se juntam e repartem as sobras o mais igualmente possível. Para tanto, é preciso reuni-los em torno de um juízo, por isso mesmo concentrador. No entanto, conforme preceitua o art. 187 do CTN, a Fazenda Pública não resta sujeita ao concurso de credores.

Noutras palavras, as Fazendas Públicas executam diretamente os seus créditos no juízo especializado, mediante ação de execução fiscal. Elas executam, soberanamente, os bens do devedor insolvente e do espólio, porque os seus créditos, tirantes os trabalhistas e os alimentares, possuem privilégios que se sobrepõem aos de toda a comunidade dos credores (créditos com garantia real, hipotecários, v.g.).

Em curso as execuções fiscais, sobrevindo quaisquer desses concursos, a Fazenda neles não tem que se habilitar. Pode, prioritariamente, reservar bens suficientes à satisfação dos seus créditos e dos acrescidos. As multas, apesar de exigíveis, são incluídas após os créditos quirografários, segundo a

jurisprudência dominante (A Lei de Falências, nº 11.101/2005, em seu art. 83, VII, bem como a nova redação dada ao art. 186, III, do CTN, classificam as multas tributárias após os créditos quirografários).

Em curso as execuções fiscais, sobrevindo quaisquer desses concursos, a Fazenda neles não tem que se habilitar. Pode, prioritariamente, reservar bens suficientes à satisfação dos seus créditos e dos acrescidos.

O parágrafo único do artigo, ao nosso sentir, é de duvidosa constitucionalidade, em que pese a posição do STF considerando-o compatível com a República e a Federação. As pessoas políticas são iguais dentro do pacto federativo. Justo ao contrário, a jurisprudência aprofundou a desigualdade ao colocar, depois da União, mas antes dos estados, a administração descentralizada da União (autarquias federais e fundações) e, ao lado dos estados, mas antes dos municípios, as instrumentalidades do Estado-Membro. Segue religiosamente o CTN, contra a Constituição...

É certo que o código tributário nacional (CTN) é uma lei complementar da constituição federal, como tal ungiada pelo Supremo e pelo Superior Tribunal de Justiça, cuja missão é unificar o direito infraconstitucional brasileiro. Contudo, não pode o CTN, nascido como lei ordinária federal, ir contra o espírito da Constituição. A preferência concedida à União dos Estados-membros e dos municípios labora contra ela. É nosso dever dizer não, um sonoro não, à superposição de taxas do mesmo teor impulsionados a um só tempo, pela União Estados-membros e municípios (pluritributação sobre um só fato gerador)!

Visto, lido e ouvido

Desde 1960

Circe Cunha (interina) // circecunha.df@dabr.com.br

Jô Soares e outros

São mais verossimilhanças entre humoristas e políticos do que podemos supor à primeira vista. A começar pela diferença de mundos que cada um apresenta para sua plateia. Ambos necessitam da criação de personagens para se fazerem presentes e serem ouvidos. O humor brinca com a verdade e a política, com a mentira. Enquanto um busca a fantasia e o absurdo da realidade como ferramentas para se comunicar com o público, o outro trata a realidade com o absurdo da fantasia, prometendo o irrealizável. Tanto o humorista como os políticos anseiam pela aura natural do carisma, que a todos seduz, embora essa virtude mágica prefira a companhia dos cômicos, por sua sinceridade.

Política pode ter sua graça, quando levada a sério por seu autor. Já o humor só encontra o riso quando foge do compromisso com a seriedade e vira as costas para o mundo em preto e branco do politicamente correto. A política parece mais especializada em um tipo de humor negro, em que o bullying é a arma predileta, enquanto o humorista faz da troça ligeira e sem ofensas uma morada para o riso solto.

É preciso lembrar que em ambas as profissões ou ocupações de vida não é fácil se tornar um humorista ou mesmo um político de respeito. Trata-se de uma tarefa árdua essa de levar às multidões o ar fresco da risada ou a esperança de um mundo melhor à frente. A questão, aqui, é que a troça despreocupada não leva à desilusão de esperanças desfeitas que a política engendra. Rir da realidade absurda é a arte do humorista, rir-se da realidade dos eleitores é a artimanha da velha política.

O político passa a ser um humorista, no mal sentido, quando suas patifarias alcançam os píncaros da desumanidade. Humor negro é você se deparar com pessoas de idade e de cabelos brancos a ocupar as mais altas funções públicas e, de repente, elas são surpreendidas pela polícia e, para fugirem do flagrante, escondem milhares de reais em espécie dentro da cueca samba-canção, sendo logo desmascaradas. A piada sem graça fica por conta da impunidade e de uma Justiça que finge não enxergar mal feitos nos crimes da elite nacional.

Jô Soares, que agora desce do palco, foi um humorista completo. Possuía bagagem cultural e sabia escalar equipes eficientes. Transitava bem entre a literatura, o humor, o teatro e o jornalismo como poucos nesse país. Tinha, a exemplo de Ronald Golias, Anquito, Oscarito e outros poucos, uma forte aura de carisma, bastando sua presença para iluminar a plateia. Tinha sua graça e fazia dela seu ganha pão honesto. Sabia o que estava fazendo e tinha a tranquilidade daqueles que passam pelo mundo apenas distribuindo alegrias. É preciso destacar ainda o humor negativo de personagens que também ficarão na história do Brasil, como desengonçadamente engraçados, como a ex-presidente, que até o título foi inventado driblando a língua materna. Admirava os ouvintes com seus improvisados discursos, saudando a mandioca ou empacotando vento. Era o terror dos tradutores, que não escondiam o constrangimento.

Até mesmo o ex-presidente e dono do Partido dos Trabalhadores pode ser considerado um grande humorista, quando encarnado em alguns de seus personagens folclóricos, ao criticar seus opositores dizendo que eles estariam destruindo tudo aquilo que eles próprios destruíram e outras sandices. Ou quando se comparava a Jesus ou mesmo afirmava que é o homem mais honesto do mundo. No país da piada pronta, o humor fica do lado sério das coisas, enquanto a política encarna o jeito brasileiro de fazer piada sem graça e humor sem cérebro.

» A frase que foi pronunciada

“As pessoas estão tão acostumadas a ouvir mentiras, que sinceridade demais choca e faz com que você pareça arrogante.”

Jô Soares

Brasília

» Chegou um convite de Tânia Fontenele para participar do Café Histórico e Geográfico, na próxima segunda, das 17h às 19h. A ideia é apresentar uma retrospectiva dos 15 anos de pesquisa sobre as memórias femininas da construção de Brasília. O encontro será no próprio Instituto Histórico e Geográfico do DF na SEPS Entrepavos 703/903 conjunto C. A presença deve ser confirmada pelo telefone 3224-6544

Óbvio ululante

» Formar um grupo de trabalho na Câmara dos Deputados para acompanhar a preparação do Brasil para Copa e resgatar imagem, “em baixa” da seleção. A novidade parece absurda. Assim como o nosso próprio país, para melhorar a imagem os brasileiros devem, no mínimo, saber cantar o Hino Nacional e ter amor pela própria bandeira. O próximo passo é treinar mais e sambar menos, assim como fizeram os alemães. Diferente dos políticos, a imagem do futebol não se melhora com discurso. Basta fazer gols.

Paciência

» Está aborrecendo bastante os moradores da W3, mas a obra na calçada para as garagens vai ficar excelente. Em frente as lojas, grande parte do calçamento já foi reformada, possibilitando o trânsito seguro de pedestres.

Comércio

» Mais um funcionário modelo que sabe tratar os clientes com atenção. Dessa vez, na Casa&Festa Francisco se destacou. Dá ideias para os aniversários, conhece cada palmo da loja. Essa coluna reclama quando precisa reclamar, mas no nosso comércio é tão raro ver gente capacitada no atendimento ao público, que vale o destaque.

» História de Brasília

Está quase pronto, o posto de serviço da Petrobras, em frente a 206. Muito bem, porque os postos do Plano Piloto deixaram de vender gasolina azul, porque o lucro é menor do que a amarela. (Publicada em 08.03.1962)